

MARROCOS: PRESSÃO CRESCENTE SOBRE A EUROPA

A crise que Marrocos abriu com a União Europeia no início deste ano tem tido a virtude de mostrar à opinião pública a verdadeira natureza do seu regime. Saibam agora os governos europeus tirar as devidas consequências do que se tem passado.

O cálculo da diplomacia marroquina talvez tenha sido o de que, entre o *tweet* de Donald Trump (Dezembro de 2020) e o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia relativo aos acordos comerciais entre a UE e Marrocos (esperado para fim de Junho / início de Julho próximos), com o reinício da guerra (Novembro passado) em pano de fundo, haveria uma janela única de oportunidade para fazer avançar o reconhecimento das pretensões de Rabat sobre o Sahara Ocidental, de modo a condicionar ainda mais o papel da ONU e do Direito Internacional na resolução do conflito. Uma espécie de “agora ou nunca” levado à letra.



Fig. 1: Relações em crise

O parceiro fiável que desfere golpes baixos

Ao longo de décadas, de forma renovada depois da coroação de Mohamed VI (1999) e outra vez há pouco mais de 10 anos por ocasião do movimento conhecido como “primavera Árabe” (que se iniciou com o “Acampamento da Dignidade” em Gdeim Izik, Sahara Ocidental ocupado, Outubro 2010), o Reino de Marrocos tem sido apresentado como o fiel amigo das potências ocidentais. É o compromisso que o impede de cair em extremismos, dizia-se, e que impulsiona uma tendência para a moderação religiosa e para os pequenos progressos sociais, ao mesmo tempo que protege a Europa de grandes flagelos, como a migração ilegal, a expansão do terrorismo e o afluxo de drogas. Uma preciosidade.

Em cinco meses a diplomacia marroquina desencadeou processos de enorme agressividade e arrogância para com os seus protectores europeus, demonstrando uma total indiferença para com as vidas dos cidadãos e cidadãs do seu próprio país. O resultado ficou à vista em Espanha: nove em cada dez espanhóis consideram que Marrocos não é um "parceiro leal e fiável" para Espanha, de acordo com o **Inquérito DYM** para o periódico 20 MINUTOS. Apenas 3,1% dos inquiridos vêem Marrocos como um parceiro de confiança e os restantes 7,9% não sabem ou não respondem.

No campo das migrações, Marrocos recebeu, desde 2019, 242 milhões de euros da UE para conter as pessoas que desejam ardentemente emigrar, sejam marroquinas ou da África sub-sahariana. Só a Espanha contribuiu no mesmo período com 72 milhões de euros para o mesmo fim. Na senda de experiências anteriores em momentos precisos de “irritação” com Madrid, as polícias de fronteira empurraram para Ceuta cerca de 10.000 migrantes entre 17 e 19 de Maio, em grande parte marroquinos, em grande

parte menores de idade, tendo muitos deles corrido perigo de vida para conseguir alcançar solo sob administração europeia. Um movimento sem precedentes, que apanhou a Espanha de surpresa e originou uma enorme pressão interna, social e política. O pretexto foi o acolhimento num hospital espanhol, enquanto gesto de natureza humanitária, do Secretário-geral da Frente POLISARIO e Presidente da RASD, Brahim Ghali, gravemente doente com COVID-19. A acção foi de tal modo desproporcionada que o governo de Espanha e a União Europeia reagiram com mais firmeza e dureza do que o habitual e o lado marroquino acabou por repor o controlo da fronteira ao fim de 48 horas. Mas as ondas de choque prosseguem, a política migratória da UE ficou mais uma vez em cheque, milhares de migrantes estão a ser “devolvidos à procedência”, crianças e jovens não acompanhados a serem distribuídos por várias partes do país (enquanto muitas famílias em Marrocos os procuram) e a acrimónia entre Madrid e Rabat não pára.

No dia 31 de Maio o MNE marroquino **emitiu um comunicado** no qual reconhece que «A crise não se limita a um homem. Não começa com a sua chegada nem terminará com a sua partida.» E requer «um esclarecimento, sem ambiguidades, por parte de Espanha sobre as suas escolhas, as suas decisões e as suas posições [relativamente ao Sahara Ocidental]». Acrescenta, no entanto, referindo-se ao problema catalão e esquecendo que as duas reivindicações referendárias não se podem de modo nenhum comparar no contexto internacional: «Não podemos lutar contra o separatismo em casa e fomentá-lo em casa do vizinho». Um argumento que já tinha sido utilizado quando Rabat anunciou, no final de Abril, que decidira conceder asilo político a Carles Puigdemont (exilado em Bruxelas), com base num «princípio de reciprocidade» relativamente ao acolhimento de um «líder independentista». Pedro Sánchez, reiterando a importância das relações bilaterais entre os dois países, **reage horas depois**: «Não é admissível que haja um governo que diga que se atacaram as fronteiras (...), que se abriram as fronteiras para que entrassem 10.000 imigrantes em menos de 48 horas numa cidade espanhola como Ceuta por desavenças, diferenças e discrepâncias de política externa.» O MNE marroquino não desarma e emite um segundo comunicado no mesmo dia: «Marrocos insistiu repetidamente que a crise bilateral não está vinculada à questão migratória. (...). A questão migratória não deve utilizar-se como pretexto para desviar a atenção das verdadeiras causas da crise bilateral». Esperam-se os episódios seguintes...

Numa **entrevista** dada pelo director do Escritório Central de Investigação Judicial de Marrocos, Habboub Cherkaoui, a 26 de Maio, este anunciou o encerramento de toda a cooperação policial em matéria de segurança e informação antiterrorista com a Alemanha. O que aconteceu seis dias depois de a revista alemã STERN ter publicado a seguinte notícia: «O facto de o governo alemão ter uma avaliação diametralmente diferente da de Trump sobre a reivindicação da soberania de Marrocos [sobre o Sahara Ocidental] já levou a uma crise diplomática entre Rabat e Berlim em Março. Na altura, a contra-informação alemã decifrou actividades dos serviços secretos marroquinos que poderiam estar ligadas a assassinatos planeados». Esta ameaça, que mais uma vez apanhou Berlim desprevenida, seguiu-se à cessação unilateral, desde 1 de Março, das relações de todos os organismos governamentais marroquinos com a embaixada alemã em Rabat e com as fundações alemãs que operam no país e a chamada a Marrocos da sua embaixadora na Alemanha para consultas, no início de Maio. Tudo apesar de, em Dezembro último, Berlim ter desbloqueado 1.387 milhões de euros em apoio financeiro a Marrocos e de o ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros, Nasser Bourita, ao encontrar-se com o ministro alemão da Cooperação Económica, Gerd Müller, ter elogiado «a excelência da cooperação entre os dois países».

Na entrevista com Cherkaoui, o dirigente marroquino fez questão de dizer que a cooperação no

domínio da segurança com Espanha estava «ameaçada». Não foi a primeira vez que Rabat utilizou esta arma. Como lembra Ignacio Cembrero num [artigo de 30 de Maio](#), «Rabat cortou a cooperação antiterrorista com Paris e a espionagem francesa vingou-se recorrendo ao *twitter* para desvendar centenas de documentos confidenciais marroquinos». Foi em 2014 e a reacção de Rabat seguiu-se à interpelação, na residência do embaixador marroquino, de Abdellatif Hammouchi, chefe da Direcção Geral de Supervisão Territorial, acusado de tortura por dois marroquinos residentes em França e um saharauí preso em Salé. «Uma juíza queria ouvir as suas declarações. Ele recusou e fugiu rapidamente antes que a magistrada ordenasse a sua detenção.» No mesmo dia, um comunicado anunciou que Mohamed VI tinha decidido cortar a cooperação judicial com Paris. «Também suspenderam a cooperação anti-terrorista, embora Rabat não tenha tornado pública esta segunda decisão. Nessa altura, a França estava a ser atingida pelo terrorismo e muitos dos ataques foram perpetrados por europeus de origem marroquina.»

A pressão sobre a França é hoje mais discreta, como se subentende de um episódio recente. Quando o partido de Emmanuel Macron, *La République en Marche*, anunciou que abriria uma representação em Dakhla, no Sahara Ocidental ocupado, numa pálida réplica do movimento de abertura de consulados de vários países promovido por Marrocos nos últimos dois anos como forma de demonstração do “reconhecimento” de que se trata de um território marroquino. A situação gerou em Paris uma discussão parlamentar acesa na qual o Secretário de Estado da Cooperação francês teve de reafirmar que o seu governo não tinha mudado de posição e continuava a considerar o Sahara Ocidental como um território não-autónomo, pendente de um processo negocial liderado pela ONU. Acrescentando a seguir: no âmbito do qual a solução mais realista é a da proposta de autonomia avançada por Marrocos. Alguns dias depois, a embaixadora francesa em Rabat, Helène le Gal, [veio esclarecer](#) o ponto de vista oficial: «Os consulados estão extremamente ligados à questão do número de Franceses e muito poucos vivem no Sahara. É verdade que há algumas centenas que trabalham no sector do turismo, mas isso não justifica a criação de um consulado.»

A crise que visibiliza

O inédito da situação está em que a política externa agressiva de Marrocos se dirige agora a mais de um país em simultâneo, e utiliza vários instrumentos ao mesmo tempo. O que leva a um maior escrutínio, na tentativa de compreender o que produz este surpreendente efeito.

Dois títulos de artigos mais recentes na imprensa espanhola são sugestivos. Em [«Mohamed VI: da grande esperança à grande decepção de Marrocos»](#) o jornal digital EL INDEPENDIENTE destaca o carácter pessoal do rei, amigo de luxos e festas e enfadado com a governação, que passa a maior parte do tempo no estrangeiro e ousa ausentar-se sem explicações de compromissos protocolares com governantes de países de primeira importância; detalha a enorme riqueza do monarca, que a revista FORBES tem considerado como um dos 10 mais ricos do mundo; e chama a atenção para «a modernidade que nunca chega», numa alusão às expectativas geradas aquando da sua subida ao trono. Diz um artigo de opinião no jornal ABC, [«Marrocos, desmascarado»](#): «o regime marroquino uniu-se ao grupo, nada honroso, de déspotas para quem a vida humana é indiferente e cujos compromissos internacionais não valem nada.»

Mas o mais significativo do ponto de vista político é o [editorial do Le Monde](#), diário do país que protege sistematicamente Marrocos: «Crise dos migrantes em Ceuta: é tempo de abandonar uma certa ingenuidade no olhar com o qual vemos Marrocos». «O episódio [de Ceuta] projectou uma luz crua sobre a verdadeira natureza do regime marroquino», conclui a introdução ao texto. E segue:

«Marrocos não tinha habituado os Europeus, em geral mais benevolentes a seu respeito, a comportar-se como o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, ou o ex-guia líbio Mouammar Kadhafi que, em épocas diferentes, não hesitaram em utilizar a arma migratória no Mediterrâneo para pressionar a Europa. (...). A reputação internacional de Marrocos sai fortemente degradada». O editorial lembra que o capital diplomático de Rabat «ocultou por demasiado tempo nas chancelarias a realidade de um poder que [demonstra] uma inquietante regressão autoritária, como o testemunham as prisões de jornalistas e intelectuais críticos. Um deles, Soulayman Raissouni, está actualmente em perigo de vida, em greve de fome». À mesma conclusão tinha chegado o Conselho Editorial do THE WASHINGTON POST quando tituló a 30 de Abril: «Os jornalistas detidos em Marrocos merecem a atenção da administração Biden».